



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.744

NAS ENTRELINHAS DA DELAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES NO PARANÁ (1960-1970)

Rodrigo Pereira da Silva
(Universidade Estadual de Maringá- UEM)

Orientador: Prof. Dr. Ângelo A. Priori.
(Universidade Estadual de Maringá - UEM).

Resumo: A partir de 1964, com a instalação da Ditadura Militar no Brasil, intensas transformações foram desencadeadas no cenário político e social. Nesse contexto, em nome da Segurança Nacional, diversos mecanismos do aparelho repressivo foram postos em ação e, também criados, para combater qualquer espécie de atividade, realizada por indivíduos ou grupos que pudesse configurar um ato subversivo. No conjunto dessa estrutura que se formatou a partir de então, o papel desempenhado pela figura do informante se mostrou de grande importância para a prevenção e o combate da subversão e também para a manutenção da ordem estabelecida. Além de contar com informações coletadas pelos agentes do próprio regime - infiltrados nos núcleos considerados potencialmente subversivos – a polícia política também contava com a colaboração espontânea de informantes simpatizantes do regime. Nesse sentido, nosso objetivo consiste em pensar a figura do informante, enquanto peça fundamental para desenvolvimento e legitimação das ações desenvolvidas ao longo do Regime Militar, enfatizando principalmente atuação, dos mesmos, no Estado do Paraná no período compreendido entre os anos de 1960 e 1970, tomando como base a documentação arquivada na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PR). Entretanto para tal entendimento, se faz necessário a compreensão do conceito de imaginário (principalmente anticomunista) que se desenvolveu no meio social nesse período. Para pensarmos tal conceito, nosso referencial teórico se volta para Bronislaw Baczko (1985), cujo conceito de imaginário social nos possibilita refletir sobre a associação entre imaginário e poder presentes no período em tela.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Informantes; Imaginário Social.

Financiamento: Mestrando/Bolsista DS/ CAPES.

Introdução

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o cenário político- social do Brasil passou por intensas transformações, que foram percebidas em todos os estados brasileiros. Em meados da década de 60, este cenário se mostrou mais ainda conturbado em função do golpe militar, instaurado em 1964. O período que se seguiu pode ser apontado, do ponto de vista histórico, como uma fase de confrontos e de lutas políticas que visavam incessantemente à retomada de direitos que no decorrer do Regime Militar Brasileiro (1964-1985), foram extraviados.

Uma das principais características que podemos visualizar como marca deste período foi o forte investimento, sob o comando dos militares, nos setores da informação e de repressão em prol da segurança interna. As informações dentro desse contexto desempenharam um papel fundamental para o exercício do aparato repressivo. De acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, elas [as informações] se faziam necessárias para identificar ‘antagonismos e pressões’ e manter sob vigilância as atividades de oposição ao regime.

O papel das informações de Segurança é essencial para esclarecer o governo quanto á realidade da situação, à verdade dos fatos e as características e intensidade das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à estimativa dos acontecimentos futuros. (Manual Básico da Escola Superior de Guerra *apud* ALVES, 1984, p. 72)

Diante do perigo da ideologia comunista, que aos olhos dos militares e da polícia política se fazia presente, já no limiar do regime militar foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), com o intuito de assessorar o Presidente da República no exercício do poder. Segundo Maria Helena Moreira Alves, o SNI se apresentou desde o início como “um eficiente órgão de coleta de informações e controle político”. (1984, p. 73).

Não obstante, em curto prazo, foram se multiplicando as instituições de caráter repressivo e informativo, que juntamente com a contribuição dos seus braços repressivos em cada estado brasileiro (as Delegacias de Ordem Política e Social – DOPS) formavam uma gigantesca comunidade de informação¹, que

¹ Em 1967, criou-se o Centro de Informação do Exército (CIE). Posteriormente foram criados o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), em 1970 e, no ano seguinte o Centro de Informações da Marinha – Cenimar que já existia, mas passou por um processo de reestruturação que acompanhou a modernização do serviço de informações do regime dos generais- presidentes. (BRUNELO, 2009, p.

procurou estar vigilante a tudo e a todos cujo perfil se enquadrasse - dentro dos parâmetros estabelecidos pelo governo militar - como subversivo. Esse gigantismo, que o aparelho de repressão do Estado Autoritário adquiriu, reforçava o sistema comprometido com a manutenção da Segurança Nacional. (BRUNELO, 2009, p. 62).

Através de uma ampla capacitação, estes órgãos, orientados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSI), conseguiam transformar seus agentes em informantes profissionais, de modo que os mesmos, ao se infiltrarem em centros ou grupos com indicativo de praticarem atos subversivos, fossem capazes de detectar possíveis focos revolucionários com intuito de desestabilizar a ordem pública, bem como quebrantar as práticas do governo militar. Segundo Marion Dias Brephol de Magalhães,

A técnica de infiltração consistia em suspeitar, em princípio de todos, coletar e arquivar quaisquer dados obtidos e entregá-los por escrito, a polícia. Ali estes seriam classificados com palavras-chaves extremamente sugestivas, por caracterizarem uma gradação em que se colocava num extremo o inimigo mais perigoso, e em outro, aqueles que estariam, provavelmente, dispostos a cooperar. (MAGALHÃES, 1997, p. 205-206)

Seguindo a mesma linha de raciocínio Marcos Tarcísio Florindo (2006, p.17) ao analisar a atuação do Serviço Reservado, verifica que “os agentes duplos atuavam disfarçadamente nos círculos de sociabilidade dos revolucionários delatando a movimentação dos vigiados a polícia”. Nesse sentido, diversas associações, principalmente comunistas, eram continuamente vigiadas pela polícia política e de ordem social, por meio de seu quadro de informantes.

Para além desse processo de organização repressiva, que contava com órgãos de informações profissionalizados, havia o trabalho de uma parcela da população, denominada de “*informantes*”, que embora não estivesse ligada institucionalmente a algum órgão, contribuía de forma indireta para o serviço exercido pelos agentes policiais, no combate a subversão.

63). Foram ainda criados a Operação Bandeirantes, em São Paulo em 1969, e seguindo o seu modelo organizacional, em 1970, os Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e os Destacamentos de Operações de Informação.

Estes colaboradores, cuja atuação em grande medida ocorria no anonimato, eram pessoas que “possuíam certa cumplicidade com o regime e que voluntariamente se dispunham a cooperar, fosse por convicção, fosse para receber algum apoio de caráter pessoal” (MAGALHÃES, 1997, p. 205). Toda e qualquer informação coletada era merecedora de ser arquivada e posteriormente investigada sua veracidade por meio de um exame de um analista de informações. Como forma de distinguir “fontes verdadeiras” daquelas consideradas oportunistas, a polícia política formulou uma classificação segundo uma escala de seis níveis.

Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5,6. Um informante A1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de verdade. Então guarda-se e classifica-se: A-1. Se o informe é F6, significa que não pode se saber a idoneidade da fonte pode ser de um maluco qualquer e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida. Mas tem-se que se arquivá-lo. (...) O grosso caía no C. Quer dizer, fonte razoavelmente idônea e o informe têm possibilidades de ser verídico. O trabalho do analista é juntar tudo numa pasta ou, agora, num computador, e fazer uma análise (...) o que ele dá ao chefe do escalão e com o máximo que pode alcançar de precisão².

Partindo do exposto acima, nosso objetivo consiste em pensar a figura do informante, enquanto peça fundamental para desenvolvimento e legitimação das ações desenvolvidas ao longo do Regime Militar, enfatizando principalmente atuação, dos mesmos, no Estado do Paraná no período compreendido entre os anos de 1960 e 1970, tomando como base a documentação arquivada na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PR). Como forma de tornar clara nossa discussão, selecionamos alguns documentos de ambas as décadas, verificando neles o imaginário [anticomunista] que permeou o período e que impulsionava as práticas desses informantes espontâneos.

Os informantes no Estado do Paraná

² Adyr Fiúza de Castro. In: D' ARÁUJO, Maria Celina et all. **Os anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994, p. 47.

Semelhante ao que ocorre nos grandes centros políticos brasileiro, o Estado do Paraná, também vivenciou as mudanças que ocorreram no cenário político nacional, desencadeadas a partir do golpe civil- militar que se instaurou em 1964 no Brasil. Diversos trabalhos surgiram buscando compreender os reflexos, bem como o processo dessas transformações na terra das araucárias. Dentre eles, destacamos aqui os trabalhos como o de Milton Ivan Heller (1998) e Leandro Brunelo (2009), que possuem importantes reflexões, fruto de análises atentas ao que ocorreu no Estado.

Para além dessas literaturas sobre o assunto, nosso objetivo, se volta para o exame de alguns documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), cujo conteúdo exposto correspondem à temática dos informantes. Tal documentação nos permite aquilatar o volume e a complexidade de informações consideradas sigilosas, que durante dezenas de anos interferiram no cotidiano de homens e mulheres vistos como subversivos – cidadãos que aos olhos da polícia política e dos informantes precisavam ter a cidadania cerceada. De acordo com Magalhães (1997, p.212) no período da ditadura militar, mais do que em qualquer outro, o comunista representou esse elemento perigoso e nocivo; no limite, alguém possuído por forças malignas e incontroláveis. Um elemento a quem se devia temer.

Nesse sentido o imaginário social que permeou a sociedade brasileira, acabou em certa medida contribuindo para que parte da população cooperasse com o ideário militar de preservar a ordem pública em perfeita harmonia. Como aponta um informante, em carta enviada ao Dr. Miguel Zacarias, Delegado da DOPS de Curitiba, “é obrigação de todos os cidadãos colaborarem na tarefa de reprimir o comunismo”³. Para Rosângela Pereira de Abreu Assunção (2006, p.105), este “imaginário anticomunista da polícia política foi um dispositivo forte e eficiente no controle da vida social e funcionou como o motor para o exercício da autoridade e do poder de polícia sobre a sociedade”.

Ao fabricar um medo, de uma possível comunização da sociedade brasileira, os militares transformaram o imaginário social em um importante instrumento para exercer o poder, utilizado pelo regime militar, para se legitimar. Nesse sentido, como

³ DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR – Dossiê: Informantes.** Pasta Nº 01951.p. 86.

pontua Baczko “o imaginário social [se tornou] uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. (1985, p.310).

Em acesso a documentação sobre os informantes no Paraná, visualiza-se uma série denúncias efetuada a Delegacia de Ordem Política e Social, cujo intuito era orientar os agentes sobre onde, quando e quem estaria praticando atos subversivos.

Um exemplo claro dessas delações no Paraná pode ser visualizado já no início do Regime Militar, através de um informe encaminhado ao Senhor Ítalo Contí, então Secretário de Segurança Pública em Curitiba, em 24 de novembro de 1964. De acordo com o informante, que demonstrou total apoio à revolução ocorrida em março de 1964, haveria uma livraria, com o nome de “Livraria do Povo”, no qual o dono estaria vendendo escondido diversos livros comunistas, sem o consentimento da polícia. Conforme segue a denúncia:

Contra essa livraria solicito-lhe tomar as providencias cabíveis ao caso, em defesa de nossa Revolução. Espero que tais livros sejam imediatamente apreendidos e destruídos pela policia afim de não contaminarem ainda mais o espírito dos inocentes úteis em Curitiba⁴

O delator, ainda frizou para o Secretário, que seria um absurdo se se proporcionasse a um grupo de apátridos e depravados a “liberdade” de difundir literatura podre, subversiva e caluniosa, dentro de um país em que se processa uma Revolução moralista. Partindo da análise de Baczko (1985, p. 300), observa-se nessas situações conflituais um estímulo a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário, que visam à constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade. Sendo assim, “os poderes instituídos, mesmo num regime autoritário, elaboram uma série mensagens que visam senão o total apoio da população, pelo menos a sua tolerância”. (MAGALHÃES, 1997, p. 207)

Em outra situação ocorrida em 18 de novembro de 1975, um informante [que preferiu ficar no anonimato] indignado com a atuação, não percebida pela polícia

⁴ DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR – Dossiê: Informantes.** Pasta Nº 01951, p. 154.

política, de um grupo comunista na cidade Londrina, envia uma carta a Delegacia de Ordem Política, pedindo que a mesma fizesse justiça. Na carta o informante faz uma crítica ao serviço dos agentes policiais, que se preocupavam em prender todas as pessoas acusadas de serem comunistas subversivos, mas não se atentavam em prender o líder do grupo. De modo a facilitar a prisão de tais elementos o informante apresenta com detalhes algumas informações.

Eu vou citar o nome de uns que eu conheço. Ele se chama Amadeu Siverino Diazzi. Este tal de Amadeu tem até um comitê aqui em Londrina e vocês nem percebe pô? Ou melhor, ele tinha comitê aqui em Londrina, porque agora que começaram as prisões aqui no Paraná, ele se finge de santo. Amadeu de tanto medo que está de ser preso, no começo das prisões ele nem em sua casa não dormia. Ele ia dormir na casa de seu pai lá na água das pedras⁵.

Indo mais além, o informante acusa ainda Amadeu e sua esposa Laura de oferecerem sua casa para outros elementos comunistas dormirem e comerem. De acordo com ele, Amadeu era responsável em fazer reuniões com os homens enquanto Laura sua esposa, se encarregava de fazer reuniões com as mulheres. Laura chegava até a fazer comida para eles poderem ficar discutindo a noite inteira⁶.

Nesse contexto a ideologia comunista apresenta-se dentro do imaginário social como um caminho que levaria o país para uma revolução e ao mesmo tempo a causa para uma possível desestruturação da ordem pública, acabou se tornando um medo coletivo, produzindo na sociedade um imaginário que seria utilizado pela própria polícia política para exercer e legitimar as atividades repressivas. Para os funcionários ou colaboradores da repressão, o inimigo é apresentado, cotidianamente, como dotado de uma força demoníaca, contra quem não adianta querer ou controlar, mas impõe - se destruir, para que assim, e só assim, seja garantido o bem-estar da sociedade (MAGALHÃES, 1997, p. 08).

Considerações finais

⁵ DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR – Dossiê: Informantes.** Pasta Nº 01951.p. 152.

⁶ Ibid, p. 152.

Com o avanço nos estudos sobre o Regime Militar, tendo em vista a disponibilização de materiais e/ou documentos que outrora estiveram sob a guarda dos órgãos de repressão, é possível percebermos que as atividades exercidas pelos informantes foram um dos mecanismos utilizados pelo regime militar no Brasil, que em muitas situações aparentou ser bastante eficaz e produtivo.

Ao destacarmos o papel dos informantes, buscamos contribuir para a compreensão de atores políticos ainda pouco enfatizados pela historiografia que se debruça sobre o assunto, e que geralmente enfatizam a questão da tortura. Nesse sentido os conteúdos expostos nos documentos acima trazem a tona parte de uma história que ainda marca significativamente um cenário em que o autoritarismo esteve presente, e que em certa medida contou com o apoio de parte da população.

Nesse sentido, não se trata de tomar as informações coletadas como verdades absolutas, pois eram produzidas por pessoas, cuja os verdadeiros interesses podiam variar conforme a situação. Nesse sentido é necessário levar em consideração que os documentos não são inócuos, é antes de qualquer coisa o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época da sociedade que o produziram. (LE GOFF, 2003, p.537)

Fonte:

DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR – Dossiê: Informantes.** Pasta Nº 01951.

Referências:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição: 1964-1984.** Bauru: Edusc, 1984.

ASSUNÇÃO, Rosangela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. (175p.)

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem.** Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na Terra das Araucárias.** – Maringá: Ed. Eduem, 2009. 154 p.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Orgs). **Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. **O Serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas.** – São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LE GOFF, Jacques. Documento /Monumento. In: **História e Memória.** LE GOFF, Jacques. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 5º ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.525-541

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: **Revista Brasileira de História.** [online] vol.17, n.34, pp. 203-220. São Paulo. 1997.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L; SWENSON JUNIOR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985).** Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.